

CORREIO
ECONÔMICO

TOMAZ SILVA/AGÊNCIA BRASIL



Com o resultado, atividade está 19,9% acima do nível pré-pandemia

Confiança da indústria sobe no mês, mas setor segue pessimista

O Índice de Confiança do Empresário Industrial (Icei) subiu 1,3 ponto em outubro, para 46,2 pontos, segundo pesquisa divulgada nesta quarta-feira (14) pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Apesar da melhora, o indicador permanece abaixo dos 50 pontos, faixa que separa a confiança da falta de confiança. Com isso, a indústria brasileira completa 22 meses consecutivos sem confiança.

O avanço foi impulsionado pela melhora nas expectativas dos empresários para os próximos seis meses. Em contrapartida, a avaliação sobre as condições atuais das empresas e da economia piorou, atingindo o menor nível desde julho de 2020, durante a pandemia de covid-19.

O Índice de Expectativas, que mede as perspectivas para os próximos seis meses, subiu 2,1 pontos em outubro, alcançando 49,3 pontos.

Marco Legal dos Jogos Eletrônicos

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou na quarta-feira (14) o decreto que regulamenta o Marco Legal da Indústria de Jogos Eletrônicos, sancionado em 2024. A medida estabelece diretrizes para fortalecer o setor por meio de ações voltadas à produção nacional, inovação tecnológica, qualificação profissional, internacionalização e proteção da propriedade intelectual. Segundo o governo, a regulamentação busca dar segurança jurídica ao segmento e estimular o desenvolvimento da indústria de jogos.

MARCELLO CASAL JR/AGÊNCIA BRASIL



Decreto abre mecanismos de fomento cultural aos produtores

Fim do prazo pra bancos devolverem R\$ 1,3 bi

Acabou na quarta-feira (14) o prazo para os bancos e as instituições financeiras devolverem cerca de R\$ 1,325 bilhão que permaneceu nas contas de apostadores após o encerramento das plataformas de apostas on-line, determinado pela Medida Provisória (MP) 1.394/2026, do governo federal. A restituição, que começou na última sexta-feira (9), deve beneficiar aproximadamente 26,5 milhões de apostadores. O prazo para retirar voluntariamente os valores nas plataformas terminou às 23h59 de do último dia 5.

Perdão de dívidas de MEIs terá impacto fiscal

O projeto de lei complementar que prevê o perdão de dívidas de microempreendedores individuais (MEIs) terá impacto fiscal de R\$ 3,04 bilhões entre 2027 e 2029, informou na noite desta terça-feira (13) o Ministério da Fazenda. A proposta, encaminhada pelo governo federal ao Congresso Nacional, abrange débitos inscritos na Dívida Ativa da União e busca beneficiar milhões de pequenos empreendedores.

Agropecuária I

O acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia impulsionou em 30,7% as exportações brasileiras para o bloco europeu entre maio e setembro, na comparação com o mesmo período dw 2025. O dado foi divulgado na terça-feira (13) pelo ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Márcio Elias Rosa, em Brasília.

Agropecuária II

No acumulado até setembro, as exportações brasileiras para a UE somaram US\$ 44,17 bi, um crescimento de 20% em relação aos nove primeiros meses de 2025. O ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, também destacou os resultados do acordo e confirmou que o comércio bilateral aumentou mais de US\$ 6 bilhões.

Dinheiro esquecido I

O Banco Central (BC) informou nesta terça-feira (13) que ainda há R\$ 5,79 bilhões em dinheiro esquecido em bancos e outras instituições financeiras. Os valores, contabilizados até agosto de 2026, podem ser consultados por pessoas físicas, incluindo falecidos, e empresas por meio do Sistema Valores a Receber (SVR).

Dinheiro esquecido II

Do total disponível, R\$ 4,31 bilhões pertencem a 23,94 milhões de pessoas físicas. Outros R\$ 1,48 bilhão são destinados a 2,36 milhões de empresas.

O montante representa uma alta de 2,6% em relação aos R\$ 5,65 bilhões registrados no mês anterior, indicando uma retomada do crescimento dos recursos disponíveis para resgate

Dólar

A moeda estadunidense voltou a ficar acima de R\$ 5, apesar da queda no exterior. A bolsa brasileira caiu 1,04%, pressionada por ajustes após as máximas históricas e pelo cenário eleitoral. No mercado internacional, o petróleo fechou sem direção, com o barril internacional recuando e o barril dos Estados Unidos encerrando em alta.

Ibovespa

O Ibovespa fechou em queda de 1,04%, aos 206.887,52 pontos, após oscilar entre a mínima de 206.146,15 pontos e a máxima de 209.071,98 pontos. O volume financeiro negociado na sessão somou R\$ 45,63 bilhões. O pregão foi marcado por ajustes nas posições dos investidores após o índice atingir recordes históricos na semana anterior.



Durigan participou do 4º Congresso de Direito Tributário e Aduaneiro.

Durigan defende Receita como plataforma de inteligência

Informações do Fisco podem orientar políticas e ampliar eficiência

Da **Redação**

A Receita Federal deve ser vista sobretudo como ferramenta estratégica do Estado brasileiro, e não só como órgão de arrecadação e fiscalização. Segundo o ministro da Fazenda, Dario Durigan, o grande volume de informações reunidas pelo Fisco pode orientar políticas públicas, aperfeiçoar mecanismos de controle e aumentar a eficiência da atuação estatal.

Durigan participou, nesta quarta-feira (14), da abertura do 4º Congresso de Direito Tributário e Aduaneiro.

“Vejo a Receita como plataforma de inteligência do Estado brasileiro, mais do que um mero órgão que tem que coletar tributo.”

A avaliação do ministro tem por base quatro frentes relacionadas à Receita, destacadas em seu discurso: atuação como infraestrutura crítica do Estado; uso de dados para subsidiar políticas públicas; modernização da fiscalização por meio da análise de informações agregadas; incorporação de inteligência artificial.

“A Receita precisa contribuir mais para o desenho de políticas públicas”.

Segundo ele, as informações produzidas pelo órgão

podem auxiliar Executivo, Legislativo, Judiciário e órgãos de controle em tomadas de decisão.

O ministro defendeu mudança de paradigma, com maior uso de dados para identificar padrões e anomalias. Como exemplo, citou o trabalho conjunto da Receita com a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), ao monitorar os efeitos da desoneração de combustíveis.

“A fiscalização que nós estamos pedindo é uma fiscalização que olha para o dado agregado”, afirmou, ao destacar, nesse contexto, o potencial da inteligência artificial.

De acordo com ele, o volume de dados que passará a ser compartilhado entre União, estados e municípios, com a implementação da reforma tributária, ampliará significativamente a capacidade analítica da Receita.

Como exemplo das possibilidades abertas por esse modelo, o ministro citou a Operação Carbono Oculto, investigação que apura estruturas de lavagem de dinheiro usadas para ocultar os reais controladores de empresas ligadas ao setor de combustíveis, incluindo a aquisição de uma das maiores distribuidoras do país.